



[ARTIGO]

ASSESSORIA PEDAGÓGICA UNIVERSITÁRIA: UM OLHAR PARA A EXPERIÊNCIA DA UNIOESTE

Vanice Schossler Sbardelotto¹
Jaqueline Antonello²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar o processo de inserção do pedagogo na educação superior, por meio da assessoria pedagógica, no contexto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, organizada em duas fases: revisão bibliográfica e análise documental. A primeira fase se caracteriza como estado do conhecimento e a segunda fase pela análise de documentos institucionais da Unioeste, com vistas a identificar a presença do pedagogo e do assessor pedagógico, no âmbito da instituição. Os resultados mostram que o cargo de assessor pedagógico foi criado nesta universidade no ano de 2012, com atribuições limitadas e desarticuladas aos demais documentos institucionais, sem indicação de que esta função seja desenvolvida, necessariamente, por pedagogos.

Palavras-chave: Educação Superior. Assessoria Pedagógica e o pedagogo. Formação docente.

UNIVERSITY PEDAGOGICAL ADVISORY: A LOOK AT THE UNIOESTE EXPERIENCE

ABSTRACT

This work aims to investigate the insertion process of the pedagogue in higher education, through pedagogical assistance, in the context of the Western Parana State University – Unioeste. It is a qualitative research, organized in two phases: bibliographic review and document analysis. The first phase is characterized as a state of knowledge and the second phase by the analysis of Unioeste's

¹ Doutora em Geografia, pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, linha de Educação e Ensino de Geografia professora do curso de Pedagogia da Unioeste/Francisco Beltrão. Membro dos Grupos de Pesquisa Sociedade, Trabalho e Educação - GESTE.

² Graduada em Letras pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), especialização em Docência e Gestão do Ensino Superior pela Universidade Paranaense (UNIPAR), mestrado em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Unioeste (PPGE).



[ARTIGO]

institutional documents, with a view to identifying the presence of the pedagogue and the pedagogical advisor, at the institution. The results show that the position of pedagogical advisor was created at this university in 2012, with limited and disjointed attributions to the other institutional documents, with no indication that this function is necessarily developed by pedagogues.

Keywords: Higher Education. Pedagogical Advisory and the pedagogue. Teacher training.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Educação Superior, Formação e Trabalho Docente – GESFORT, cujo objetivo foi identificar a presença da assessoria pedagógica na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). A discussão da assessoria pedagógica em instituições de Educação Superior tem se tornado relevante, ao passo que avança o debate em torno da Pedagogia Universitária. Desta forma, interessa identificar a presença desta atividade no âmbito da instituição em questão.

Compreender *como* e *se* as instituições estão implementando a prática de assessoramento pedagógico, ajuda a perceber o impacto da discussão em torno da qualificação do ensino, na Educação Superior. Desta forma, nesta pesquisa, buscou-se compreender como a questão da assessoria pedagógica em instituições de Educação Superior tem sido tratada nas pesquisas *stricto sensu* e, também, identificar a presença desta função na UNIOESTE.

Para isso, a aproximação com a temática se deu por meio de pesquisa do tipo estado do conhecimento e através da identificação do percurso da criação do cargo no âmbito desta universidade pública.

Nesta direção, delimitou-se como objetivo investigar o processo de inserção da assessoria pedagógica, no contexto da Unioeste. Esta delimitação permite um direcionamento do olhar investigativo ao debate pedagógico que permeia o cotidiano da universidade, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento profissional docente.



[ARTIGO]

Vale ressaltar que ao se tratar de assessoria pedagógica, faz-se referência ao trabalho de um setor da universidade com aspectos educativos relativos ao universo laboral dos docentes e às atividades pedagógicas que estes desenvolvem em seu dia a dia (BROILO, 2015).

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná é uma instituição de educação superior (IES) pública, estadual e *multicampi* que conta com cerca de treze mil estudantes e 1200 professores, distribuídos nos 64 cursos de graduação, 32 cursos de Especialização, 36 Programas de Mestrado e 14 Programas de Doutorado. Os *campi* da IES estão localizados nos municípios de Cascavel, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Toledo, pertencentes às regiões oeste e sudoeste do estado do Paraná.

De acordo com Pimenta & Anastasiou (2014) e Almeida (2012), fatores como a ampliação do acesso à educação superior no Brasil e a formação para a docência universitária, via programas de pós-graduação *stricto sensu*, focados na pesquisa e não no ensino e trabalho docente no nível superior de educação, trouxeram consigo a emergência, entre outros, do debate pedagógico na universidade.

Como demonstra Cunha (2014), é no âmbito das ações institucionais, quanto à melhoria dos processos pedagógicos, que se instituem em sala de aula e na formação continuada dos professores, que a assessoria pedagógica assume papel primordial. No contexto da universidade, a partir da qual as análises deste trabalho são realizadas, é importante destacar que a inserção da assessoria pedagógica nos distintos *campi* que compõem a Unioeste ocorreu a partir de 2012, por meio da Resolução COU nº. 116/2012e na Pró-Reitoria de Graduação, também em 2012, por meio de nomeação de Cargo em Comissão.

A investigação foi desenvolvida em duas fases: um primeiro momento de aproximação à temática, via pesquisa do tipo estado do conhecimento, a partir das teses e dissertações publicadas no sítio eletrônico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sobre assessoria pedagógica universitária, no período de 2006 a 2016; e, um segundo momento, caracterizado pela investigação da criação da assessoria



pedagógica no contexto da Unioeste, por meio da análise documental de resoluções da instituição.

O trabalho docente na Educação Superior

A formação dos professores de educação superior comumente restringe-se aos conhecimentos específicos da disciplina lecionada. Estudos de Lauxen (2009), Slomski (2007) e Mussi (2007) problematizaram esta realidade ao apontarem quais os conhecimentos pedagógicos mobilizados pelos docentes e qual a sua origem, tendo em vista a pouca ênfase a essa temática nos cursos de pós-graduação.

Conforme Lauxen (2009), Slomski (2007) e Mussi (2007), os conhecimentos trazidos pelos docentes têm relação com sua história de vida, sua trajetória pessoal e sua prática pode revelar este conjunto de saberes, que nem sempre tem fundamentação pedagógica clara e conhecida pelo próprio docente. Ou seja, poucos assinalam que sua formação para docência ocorreu em processos formativos formais e admitem a necessidade de ações institucionais que visem sanar essas dificuldades.

Ainda que um professor domine o conhecimento específico de sua área, no momento do ensino este conhecimento precisa estar atrelado aos conhecimentos provenientes do campo da pedagogia, do currículo e da didática, bem como ao conhecimento prático derivado da experiência profissional (CONTRERAS, 2012).

Estudos de diversos autores, tais como Quadros (2010), Quadros et al (2012), Campos (2010), Ribeiro (2013a; 2013b) e Zaidan et al (2011), Icohama (2011) indicam a fragilidade e/ou ineficiência dos programas de pós-graduação na formação para a docência neste nível de ensino, o que corrobora com a defesa de Cunha (2014) acerca de necessidade de ação institucional no sentido de garantir o permanente debate pedagógico no interior das universidades.

De acordo com Cunha (2014), a partir do momento em que o ensino superior deixou de ser acessível apenas a um público restrito e elitizado de estudantes, para se tornar



[ARTIGO]

também *locus* de formação da classe trabalhadora, as instituições de educação superior se depararam com o desafio de adaptarem a sua atuação ao novo público de alunos. Ainda que o público-alvo da universidade não seja o mesmo, cabe à instituição prezar pela produção de conhecimentos e, mais do que isso, pelo sucesso da aprendizagem dos estudantes.

No âmbito da educação superior, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão cria as condições para a articulação das atividades docentes, aproximando-os do ensino e das atividades de pesquisa e extensão. Entretanto, a realidade da universidade não se isola das condições concretas dos trabalhadores (FRIGOTTO, 1994), dos quais vem se requerendo cada vez mais flexibilidade, competitividade e polivalência.

Por esse ângulo, Lemos (2014) defende que esse quadro tem lançado os professores da educação superior a uma situação complexa, que tem gerado, além de outras consequências, o adoecimento dos docentes. Apresenta, de forma ilustrativa a nova tarefa, a de captador de recursos. Afirma a autora:

Além do ensino, pesquisa e extensão, atualmente, novas funções agregam-se a estas, as quais tornam o exercício profissional mais complexo. Trata-se do “business”, ou seja, a busca de financiamento, negociação de projetos e convênios com empresas e instituições, assessorias, participação como especialistas em diversas instâncias científicas [...] (LEMOS, 2014, p. 98).

Este cenário, assim como a própria tradição universitária ajudam a explicar o aparente isolamento da discussão acerca da docência, no nível institucional e da pós-graduação. Zabalza e Vitória (2018) apresentam um olhar positivo para a superação dessa situação em direção a um debate mais coletivo sobre a docência, apesar de reconhecer que

En nombre de la libertad de cátedra y de una certa disídia institucional la calidad de la docência quedaba em manos de los profesores individuales o, como muchos, bajo la tutela de los Departamentos. El resultado fue que cada uno de nosotros hizo “de su capa un sayo” en las clases. Las aulas y laboratórios se convierten, en nuestra tradición universitaria, en espacios “privados” y “opacos” [...] en los que cada profesor imponía sus reglas y dinámicas de funcionamiento (ZABALZA; VITÓRIA, 2018, p. 136).



[ARTIGO]

Há um longo caminho a ser percorrido a fim de qualificar a docência e os processos de ensino na educação superior, mas se percebe um movimento de ruptura de antigas ideias sobre essa atividade e que tem encontrado apoio em necessárias ações institucionais, como por exemplo, por meio das assessorias pedagógicas e da atuação de pedagogos, em alguns casos. Além disso, pensar a atuação das assessorias pedagógicas implica perceber que não se trata de uma imposição ou de superposição sobre o docente.

Trata-se, sim, de uma relação de parceria universitária, onde há especialistas em determinadas áreas do conhecimento, mas que, como docentes, necessitam de novos conhecimentos, experiências e a criação de espaços de reflexão sobre suas próprias práticas docentes para poder pensar, repensar e gerar modificações sobre elas (FAGUNDES et al., 2014, p. 138).

A existência deste debate tem instigado algumas instituições de Educação Superior a efetivarem práticas de formação pedagógica junto a seus docentes e autores como Luz e Balzam (2011), Maraschin (2012) e Santos (2012) indicam o êxito destas práticas, bem como, a responsabilidade das instituições com a valorização da docência.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa científica tem como finalidade não apenas o relatório ou a descrição de fatos empíricos, mas o desenvolvimento de um caráter interpretativo sobre dados (MARCONI; LAKATOS, 2003). Além disso, “não é a simples organização ou classificação que caracterizam um conhecimento científico, mas a organização e classificação sustentadas em princípios explicativos” (KÖCHE, 2013, p. 29). Considerando tais premissas, é essencial esclarecer que esta pesquisa foi organizada de forma a contemplar abordagem qualitativa.

Quanto aos objetivos, a pesquisa tem caráter exploratório e descritivo e no que diz respeito aos procedimentos técnicos, vale ressaltar que não há metodologias ‘boas’ ou ‘más’ intrinsecamente, e sim metodologias adequadas ou inadequadas para tratar um determinado problema” (ALVES, 1991, p. 58). Uma vez que o objetivo é investigar o processo



[ARTIGO]

de inserção do pedagogo na educação superior, por meio da assessoria pedagógica, no contexto Unioeste, torna-se necessário que a metodologia responda às necessidades da pesquisa. Para isso, utilizam-se procedimentos técnicos como revisão bibliográfica e análise documental.

A revisão bibliográfica serve como alicerce para a busca de mais informações sobre as seguintes temáticas: assessoria pedagógica; papel do pedagogo na universidade; formação de professores na educação superior; desenvolvimento profissional docente. Já a análise documental está relacionada, primeiramente, com a busca das teses e dissertações publicadas no sítio eletrônico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no período de 2006 a 2016, acerca da assessoria pedagógica na educação superior, e, em segundo, com a investigação de distintos documentos institucionais da Unioeste, com vistas a identificação da presença do pedagogo e do assessoramento pedagógico nas prescrições. As especificidades e os resultados destas duas etapas da análise documental serão apresentados nos itens a seguir deste trabalho.

A assessoria pedagógica na Educação Superior

Com o intuito de identificar a perspectiva das discussões realizadas acerca da criação das assessorias pedagógicas nas universidades, optou-se por desenvolver um breve estudo do tipo estado do conhecimento.

Para tanto, foi realizada uma busca ao banco de teses e dissertações da CAPES de trabalhos utilizando como descritor “assessoria pedagógica no ensino superior” no período de 2006 a 2016, retornando como resultado vinte e oito trabalhos. Para chegar a estes resultados, delimitou-se a área de abrangência da pesquisa, por meio dos termos "assessoria pedagógica" e "docência da educação superior", no recorte temporal definido. A partir da leitura dos títulos e dos resumos das pesquisas encontradas, apenas quatro se referiam à presente discussão, sendo três dissertações e uma tese. Esse procedimento refere-se a análise exploratória, por meio de leitura flutuante do *cópus* da pesquisa. O quadro 1 apresenta as dissertações encontradas:



Quadro 1: Dissertações sobre assessoria pedagógica

Título das dissertações	Ano	Instituição	Autor
O papel da assessoria pedagógica no desenvolvimento profissional de professores da Educação Superior: a realidade de uma faculdade privada da Bahia	2015	Universidade Estadual de Feira de Santana	Nandyara Souza Santos
A coordenação pedagógica em uma instituição de ensino superior: significações constituídas pelo coordenador pedagógico sobre o seu trabalho	2015	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Jucelia Melo
A ação mediadora do pedagogo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	2016	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Ticiania Patricia Da Silveira Cunha

Fonte: Banco de teses e dissertações da CAPES. Elaboração própria.

A partir da análise das dissertações, foi possível identificar que todas dizem respeito a experiências de assessoria pedagógica na Educação Superior. Além de relatar tais experiências, os trabalhos também expressam as contribuições deste setor para o desenvolvimento profissional docente, conforme as especificidades de cada instituição de Educação Superior.

Na dissertação de Santos (2015), o papel do assessor pedagógico foi discutido a partir da visão dos professores sobre a importância da função. A dissertação de Melo (2015), por sua vez, trata da forma como o coordenador pedagógico se efetiva como um mediador capaz de articular saberes entre docentes e coordenadores de cursos. Na dissertação de Cunha (2016) são discutidos os sentidos atribuídos pelos pedagogos às suas próprias práticas no âmbito de uma instituição de educação superior pública.

A tese, que atendeu aos critérios da discussão, se intitula “A Pedagogia Universitária e suas relações com as políticas institucionais para a formação de professores da Educação Superior” (TORRES, 2014). A pesquisa discorre sobre a necessidade da construção uma pedagogia voltada a Educação Superior. Esta tese traz importantes contribuições no que se



[ARTIGO]

refere à compreensão do papel da assessoria pedagógica na educação superior e, consequentemente, na inserção do pedagogo neste espaço.

As práticas de assessoria pedagógica não são neutras, tampouco são universais, pois correspondem a uma concepção política de educação. Isso significa que cada instituição de Educação Superior define estratégias de atuação conforme sua cultura, contexto e possibilidades (CUNHA, 2014; TORRES, 2014). Entre as diferentes estratégias de assessoramento pedagógico, é possível mencionar quatro formas de ação de assessoria que são recorrentes: o uso de projetos para articular as ações, a concorrência de editais, a assessoria numa dimensão clínica e o desenvolvimento de trajetórias de formação.

De acordo com Cunha (2015), o uso de projetos está relacionado com a diversificação da proposta de atuação da assessoria, em conformidade com as demandas e interesses dos participantes, geralmente, professores. A concorrência de editais, por sua vez, presente de modo significativo no meio acadêmico e reproduzindo práticas próprias de agências de fomento, relaciona-se com a distribuição de recursos materiais conforme sua utilidade pedagógica.

No que se refere à assessoria numa dimensão clínica, trata-se do trabalho de assessoramento em cada faculdade, curso, carreira e área da instituição de ensino superior, de modo a estimular ações propositivas de melhorias nos processos de ensino e aprendizagem, em contextos específicos. Finalmente, o desenvolvimento de trajetórias de formação abrange o “esforço de melhorar as condições de ensino através da educação continuada, podendo resultar numa estratégia institucional de assessoramento num sentido mais amplo” (CUNHA, 2015, p. 29). De modo geral, trata-se da compreensão sobre o desenvolvimento profissional como uma condição de profissionalização.

Destaca-se que cada estratégia de assessoramento, à sua maneira, influencia na qualidade do ensino, especialmente a partir do momento em que a assessoria pedagógica universitária se consolidar como ramo profissional que pode contribuir com a qualificação do ensino em universidades públicas e privadas.



A assessoria pedagógica na Unioeste

A partir dos estudos realizados na primeira etapa da pesquisa foi possível identificar que “a constituição e fortalecimento de assessorias pedagógicas nos cursos universitários relacionam-se, essencialmente, ao projeto de mudança do processo de ensino-aprendizagem historicamente instituído na universidade” (FERNÁNDEZ *apud* SOARES, 2004, p. 117). Desta forma, da compreensão da importância do assessoramento pedagógico, da discussão do “pedagógico” na educação superior, problematizou-se a forma como essa discussão foi tratada na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, visto que há, na instituição, o cargo de assessor pedagógico junto as direções dos *campi*.

Deste modo, a segunda etapa da pesquisa caracterizou-se como uma análise documental, cujo objetivo foi identificar o percurso de criação do cargo de assessoria pedagógica, no âmbito da Unioeste. A pesquisa desenvolveu-se por meio da análise de documentos que regulamentam a organização desta instituição de Educação Superior.

Para historicizar a criação do cargo, foram selecionados para análise documental, conforme indicadas no quadro 2, as resoluções consideradas essenciais para a pesquisa, e que representam a organização e as funções da instituição em seus diversos aspectos.

Quadro 2: Relação de documentos analisados

Documento	Resolução
Estrutura Regimental da Unioeste,	Res. nº 32/1996 – COU
Estatuto da Unioeste	Res. nº 017/1999 – COU
Regimento Geral da Unioeste	Res. nº 028/2003 – COU
Projeto Político-Pedagógico Institucional	Res. nº 270/2007 – CEPE
Plano de Desenvolvimento Institucional	Res. nº 114/2007 – COU
Resolução que cria o cargo de assessor especial, com funções pedagógicas, na Unioeste.	Res. nº 116/2012 – COU

Fonte: Arquivo virtual/UNIOESTE. Elaboração própria.



Os documentos foram analisados em ordem cronológica, a partir de um roteiro previamente formulado com a intenção de localizar informações sobre a presença da função a ser desempenhada no assessoramento pedagógico na universidade, ou elementos que indiquem a necessidade desta função para a melhoria do ensino nos cursos de graduação.

O primeiro documento analisado foi a Resolução nº. 32/1996 - COU, que aprova a alteração da Estrutura Regimental da Unioeste. Neste documento são apresentadas a estrutura organizacional e funcional da Universidade e são apontados os cargos e funções inerentes aos órgãos deliberativos e executivos da instituição.

De acordo com este documento, existem seis assessorias especiais ligadas à Reitoria, cada uma delas conta com um assessor-chefe e um assistente, são elas: Assessoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais, Assessoria de Comunicação Social, Assessoria Jurídica, Assessoria de Convênios e Captação de Recursos, Assessoria de Manutenção de Planejamento Físico e Assessoria de Legislação Educacional.

Dentre estas assessorias, a Assessoria de Legislação Educacional é a única que está ligada à Prograd. A princípio, atentando apenas a nomenclatura da assessoria, é possível cogitar a ideia de que se refere a área pedagógica direcionada ao ensino. Entretanto, esta impressão inicial é equivocada, pois na medida em que se analisa a função do assessor especial percebe-se que esta assessoria expressa uma abordagem mais burocrática, visando a legalidade de ações referentes à educação.

Além da Assessoria de Legislação Educacional, existe uma Diretoria de Apoio Pedagógico junto à Prograd. Conforme exposto na Resolução nº. 32/1996 - COU, essa Diretoria “tem por finalidade desenvolver ações de apoio aos cursos de graduação, visando a implantação de políticas de permanente melhoria de ensino” (UNIOESTE, 1996, p. 69). Esta é uma das poucas menções do documento com relação ao “pedagógico” do ensino de graduação na Unioeste. De acordo com este documento, se reconhece a necessidade de atenção à qualificação do processo pedagógico, contudo, não se diz *como* isso será e nem se será desempenhada por um/uma especialista na área: o pedagogo.



[ARTIGO]

Tais apontamentos sobre a Resolução n°. 32/1996 – COU, demonstram que de acordo com a estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da administração superior, no âmbito da Reitoria da Unioeste, não há cargo específico destinado à assessoria pedagógica. Além disso, identificam-se informações generalizantes, característica comumente presente neste tipo de gênero textual/discursivo (FERREIRA, 2012).

Conforme indica o inciso III, do Art. 3° do Estatuto da Unioeste, Resolução n°. 017/1999 COU, um dos princípios fundamentais da organização da Unioeste é “a unidade de atuação nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão” (UNIOESTE, 1999, p. 2), isto é, a atuação em todas as dimensões do tripé universitário. Dentre elas, especial destaque recai sobre a dimensão do ensino, uma vez que, direta ou indiretamente, atividades de ensino também permeiam a pesquisa e a extensão.

Devido à relevância do ensino para a formação humana na universidade, o Estatuto da Unioeste, no Art. 4°, inciso III, expressa como uma das finalidades da Universidade Estadual do Oeste do Paraná: “desenvolver o ensino para a formação de cidadãos críticos e criativos, aptos à inserção em setores profissionais e para a participação no processo de desenvolvimento dos povos” (UNIOESTE, 1999, p. 3). Para cumprir com tal finalidade a Universidade conta com autonomia administrativa para contratação de funcionários. Isso significa dizer que a administração superior tem competência para “propor e gerenciar o quadro de pessoal docente e técnico-administrativo, dentro de suas dotações orçamentárias” (UNIOESTE, 1999, p. 4).

No que se refere ao cargo de assessoria, sobre o qual incide o objetivo desta pesquisa, o Art. 30 da Resolução n°. 017/1999 – COU, traz importantes esclarecimentos: “Os assessores, os chefes de secretaria e os titulares dos órgãos de apoio e suplementares da Direção-Geral de Campus são indicados pelo Diretor-Geral de Campus e nomeados pelo Reitor, observada a legislação vigente” (UNIOESTE, 1999, p. 17).

Analisando a legislação vigente no momento de aprovação do Estatuto da Unioeste, e o documento em si, foi possível identificar que não houve iniciativa de proposição de um cargo de assessoria pedagógica. Ainda que a autonomia administrativa da Universidade



[ARTIGO]

permita a contratação de pessoal técnico-administrativo e que a Direção-Geral de *Campus* possa indicar assessores, não se observam nos documentos, movimentos institucionais para a criação de uma assessoria pedagógica, no âmbito da Reitoria ou da Pró-Reitoria de Graduação.

O Regimento Geral da Unioeste, aprovado pela Resolução n°. 28/2003 - COU, expandiu a discussão quanto à finalidade do órgão executivo de administração superior e expõe que “as assessorias, vinculadas à Direção-Geral de *Campus*, têm por atribuição auxiliar os diversos órgãos do campus em questões técnicas, administrativas, financeiras e informacionais, bem como em outras atividades” (UNIOESTE, 2003, p. 8).

Perante a atribuição dada aos cargos de assessoria ligados à Direção-Geral de *Campus* nota-se, novamente, que a finalidade do cargo não é condizente com questões relacionadas ao ensino. Não há menção à assessoria pedagógica, portanto, compreende-se que a própria instituição não percebia a construção de uma política de ensino que valorize a Pedagogia Universitária como algo necessário à melhoria da qualidade de ensino.

A Resolução n°. 270/2007 – CEPE, aprovou o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Este é um documento que apresenta o histórico da instituição, introdução, justificativa e os aspectos legais que respaldam a construção do projeto. Além disso, o documento apresenta a visão das políticas da Unioeste, enfatizando o ensino de graduação e os referenciais para uma política de ensino, bem como a descrição de tais políticas. Desta forma, este é o primeiro documento, entre os relacionados, que traz, de forma objetiva, a discussão da política de ensino e qualificação do processo de ensino e aprendizagem.

Aqui a política de ensino é entendida tal como descrevem Borges e Sbardelotto (2018), isto é, como uma série de ações e regulamentações da administração superior que indicam a forma como a universidade define a inserção e a permanência dos estudantes na instituição. Entretanto, a política de ensino indicada pelo PPPI “não se configurou em ações efetivas e orientações de ações para colegiados e centros” (BORGES; SBARDELOTTO, 2018, p. 2).



[ARTIGO]

Conforme os dados previamente expostos sobre o Regimento Geral da Unioeste (Resolução COU n°. 28/2003), e o caráter técnico e administrativo das assessorias da Direção-Geral de *Campus*, e sobre a Estrutura Regimental da Unioeste (Resolução n°. 32/1996 - COU), e o caráter burocrático da Assessoria de Legislação Educacional, é possível dizer que Prograd “se limitava a gestar o aparato burocrático de organização e atualização da secretaria acadêmica, registro de diplomas e acompanhamento dos PPPs no que se referiam ao ajuste às regulamentações legais” (BORGES; SBARDELOTTO, 2018, p. 2).

Tal constatação indica que a própria Prograd não havia efetivado ações direcionadas ao ensino nos cursos de graduação, pois não apresentava um plano de ação com metas e objetivos que se dirigissem a qualificação do ensino. Mais uma vez um dos documentos oficiais da Unioeste, neste caso o PPPI, demonstra a falta de uma assessoria especial voltada aos aspectos pedagógicos da graduação.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unioeste, Resolução n°. 114/2007 - COU, tem como objetivo viabilizar a implantação das políticas apontadas no PPPI. Ao tratar dos programas e ações estratégicas para o ensino de graduação, o documento expressa a necessidade de “estabelecer suporte de gestão para implementação das políticas de ensino de graduação constantes no PPPI” (UNIOESTE, 2007, p. 5). Entretanto, essa indicação não resultou em ações efetivas, como por exemplo, a proposição do cargo de assessoria pedagógica, tanto na Prograd quanto na Direção-Geral de *Campus*.

Discussões sobre questões específicas relativas ao ensino passaram a ser temática de maior atenção na Prograd a partir da gestão de 2012.

Adotando a concepção de que o ensino era a questão central e articuladora das ações dessa instância, a Prograd definiu por ouvir a comunidade acadêmica acerca de quais seriam os problemas mais importantes da graduação a fim de definir uma política de ensino que articulasse questões internas à sala de aula, à relação ensino e aprendizagem, às questões da estrutura física e normativa dos processos formativos ao conjunto da Universidade na inter-relação ensino/pesquisa/extensão (BORGES; SBARDELOTTO, 2018, p. 3).



[ARTIGO]

Assim, em 2012 iniciou-se um processo de modificações na Prograd que objetivou dar voz aos estudantes, professores e servidores, no que concerne a questões relativas à dimensão do ensino na graduação. A partir de encontros realizados com a comunidade acadêmica dos cinco *campi* da Unioeste, nos quais foram apontadas reivindicações ou observações relativas ao ensino, a Prograd desenhou uma política de ensino que abordou, inicialmente, sete pontos fundamentais.

Um dos pontos da nova política de ensino dizia respeito a Assistência Pedagógica Discente e Docente e refletia a necessidade de recuperação da função pedagógica das instâncias colegiadas. Frente a essa necessidade e considerando o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Estatuto Geral da Unioeste, a Resolução nº. 116/2012 - COU, de 6 de dezembro de 2012 aprovou a criação da Assessoria Especial de Direção dos *campi* da Unioeste.

Segundo este documento, o ocupante do cargo de Assessor Especial de Direção tem por competência exercer atividade de Assessoria da Direção Geral dos *campi* e, no que diz respeito ao ensino, tem certas atribuições.

Art. 3º São atribuições da Assessoria Especial de Direção:

I - assessorar a Direção Geral de campus nas atividades pedagógicas que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão e outras, de acordo com as determinações superiores, e da Direção Geral do campus;

II - assessorar a Direção Geral de campus nas relações entre as Coordenações de cursos, Centros e a Direção Geral do campus, referentes a encaminhamentos que envolvam o aspecto pedagógico dos processos e de substituições outras, considerando as relações de trabalho sob os aspectos da docência e técnico-administrativo;

[...]

IV - assessorar a Direção Geral de campus quando da promoção de atividades pedagógicas voltadas aos cursos de graduação, pós-graduação e Centros; (UNIOESTE, 2012, p. 1).

A partir desta Resolução, é possível identificar que existe a preocupação em contemplar a dimensão do ensino de forma efetiva, por meio do trabalho de assessoria pedagógica com as instâncias colegiadas da universidade, tal como havia sido reivindicado



[ARTIGO]

nos encontros promovidos pela Prograd para discutir tópicos relativos ao ensino de graduação.

Contudo, a Resolução nº. 116/2012 - COU não expressa exatamente quem deve ser o profissional a ocupar o cargo de Assessoria Especial de Direção. Mesmo que o papel atribuído a esse profissional seja direcionado a questões pedagógicas, o documento não declara qual profissional deve desenvolver a função. Assim como as demais assessorias, esta também é de nomeação por parte da direção do *Campus*, que opta pelos critérios de escolha dos indicados para as funções. Essa situação revela uma precariedade no desempenho da característica pedagógica e coloca este debate “em situação de fragilidade diante das opções políticas da gestão superior” (BORGES; SBARDELOTTO, 2018, p. 15).

Além destes fatores, vale destacar que as atribuições têm características genéricas. Mas, conforme explicam Jacob, Diolina e Bueno (2018, p. 88), o objetivo de um texto prescritivo “consiste em orientar, direcionar, instruir sobre os modos de fazer uma determinada atividade”. Neste caso, a Resolução nº 116/2012 - COU, pouco auxilia no direcionamento do agir do profissional ocupante do cargo.

Como, brevemente, explicitado nas atribuições da Assessoria Especial, o público-alvo do trabalho do ocupante do cargo são as coordenações de cursos e os centros. Pois, é função do assessor mediar às relações entre essas instâncias colegiadas e a Direção-Geral, lidando com situações relativas ao ensino que envolvem docentes, discentes e servidores da Unioeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre a docência na educação superior vem avançando e enfrentando velhos mitos a respeito dessa tarefa, tais como aqueles relacionados com as ideias de que o aprendizado depende exclusivamente dos estudantes, que ensinar se aprende ensinando, que ser um bom pesquisador basta para ser um bom professor, que a qualidade da universidade está mais em sua estrutura do que suas atividades letivas. O questionamento destas “verdades” indica um movimento de pensar a ação docente como parte central das



[ARTIGO]

atividades universitárias, sem com isso, descuidar-se das demais. Não se trata de estabelecer hierarquias, mas de pensar sobre essa atividade que ocupa grande parte do tempo dos professores universitários.

A Pedagogia Universitária está sendo reconhecida como um campo científico capaz de auxiliar na qualificação dos processos pedagógicos no ensino de graduação, uma vez que possibilita a permanente qualificação do pessoal docente. As teses e dissertações que trataram da inserção das assessorias pedagógicas retrataram o potencial dessas ações, à luz da Pedagogia Universitária, para qualificar o trabalho docente, superar o isolamento e fortalecer a ação de ensino nas universidades.

Na Unioeste, entretanto, tanto a Pedagogia Universitária, quanto a assessoria pedagógica não possuem lugar de destaque nos documentos institucionais e na estrutura de cargos. Vale ressaltar que a estrutura de cargos da instituição é proposta por seus conselhos superiores e chancelada pelo Governo do Estado. Portanto, se o lugar da assessoria pedagógica e do debate das questões pedagógicas não são evidenciadas em seus documentos oficiais, pode-se inferir que esta não é uma compreensão dos professores e agentes que compõem os conselhos.

A criação do cargo de assessor especial com funções pedagógicas pode ser o princípio de um trabalho a ser desenvolvido no interior da instituição, a depender da intensificação da discussão pedagógica e sua qualificação mediada por interlocuções interinstitucionais, bem como, por meio dos seus próprios professores.

Considerando a relevância do trabalho de assessoria pedagógica, é preciso que a temática da assessoria ocupe maior espaço de discussão e reflexão na educação superior, deixando de ser uma atividade espontânea para se tornar condição profissional. Com o objetivo da melhoria de aspectos de organização e formação docente e que remete a ideia de que a responsabilidade pelo processo de ensino e de aprendizagem, não é exclusiva do professor, mas da instituição de ensino como um todo.

REFERÊNCIAS



ALMEIDA, M. I. **Formação do professor do Ensino Superior: desafios e políticas institucionais**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ALVES, A. J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 77, p. 53-61, 1991. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1042>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

BORGES, Liliam Faria Porto; SBARDELOTTO, Vanice Schossler. Política de ensino na UNIOESTE: Democratização do acesso e política de permanência e conclusão discente. In: Adriana Salete Loss; Pablo Daniel Vain. (Org.). **Ensino superior e inclusão: palavras, pesquisas e reflexões entre movimentos internacionais**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2018, v. II.

CAMPOS, V. T. B. **Marcas indelévels da docência no ensino superior: representações relativas à docência no ensino superior de pós-graduandos de instituições federais de ensino superior**. 2010. 304 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2010.

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2012.

CUNHA, M. I. Pressupostos do Desenvolvimento Profissional Docente e o Assessoramento Pedagógico na Universidade em Exame. In: CUNHA, M. I. (orgs). **Estratégias Institucionais para o Desenvolvimento Profissional Docente e as Assessorias Pedagógicas Universitárias: memórias, experiências, desafios e possibilidades**. São Paulo: Junqueira&Marin, 2014.

CUNHA, M. I. Qualidade da graduação: o lugar do assessoramento pedagógico como propulsor da inovação e do desenvolvimento profissional docente. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 57, p. 17-31, jul./set. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n57/1984-0411-er-57-00017.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

CUNHA, T. P. S. **A Ação Mediadora do Pedagogo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte**. 2016. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, 2016.

FAGUNDES, M. C. V. et al. Estratégias Institucionais para o desenvolvimento profissional docente em tempos de expansão da educação superior no Paraná. In: CUNHA, M. I. (orgs). **Estratégias Institucionais para o Desenvolvimento Profissional Docente e as Assessorias Pedagógicas Universitárias: memórias, experiências, desafios e possibilidades**. São Paulo: Junqueira&Marin, 2014.

[ARTIGO]

FERREIRA, G. G. O agir docente em textos prescritivos: uma análise do nível organizacional dos conteúdos básicos comuns de LE do estado de Minas Gerais. **Revista Intertexto**, Uberaba, v. 5, n. 2, p. 1-17, 2012. Disponível em: <<http://seer.ufm.edu.br/revistaeletronica/index.php/intertexto/article/view/327>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

FRIGOTTO, G. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, P.; SILVA, T. T. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

IOCOHAMA, C. H. **O ensino do Direito e a separação dos eixos teórico e prático**: interrelações entre aprendizagem e ação docente. 2011. 319 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2011.

JACOB, A. E.; DIOLINA, K.; BUENO, L. Os gêneros orais na penúltima versão da Base Nacional Comum Curricular: implicações para o ensino. **Horizontes**. Bragança Paulista, v. 36, n. 1, p. 85-104, jan./abr. 2018. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/projetodeoralidade/files/2018/06/BNCC-Bueno.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 33. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

LAUXEN, S. L. **Docência no ensino superior**: revelando saberes dos professores da área da saúde da UNICRUZ/RS. 2009. 207 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2009.

LEMOS, D. V. S. Precarização do trabalho docente nas Federais e os impactos na saúde: o professor no seu limite. **Revista Entreideias**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 95-109, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/download/7028/8359>>. Acesso em 30 abr. 2020.

LUZ, S. P., BALZAN, N. C. Programa de formação continuada para docentes da educação superior: um estudo avaliativo a partir dos resultados de uma tese. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba: São Paulo. v. 17, n. 1, p. 11-41, mar. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/aval/v17n1/a02v17n1.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

MARASCHIN, M. L. M. **Formação continuada do professor da educação superior promovida por ações institucionais**. 2012. 211 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-



[ARTIGO]

Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2003.

MELO, J. **A coordenação pedagógica em uma instituição de ensino superior: significações constituídas pelo coordenador pedagógico sobre o seu trabalho**. 2015. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2015.

MUSSI, A. A. **Docência no ensino superior: conhecimentos profissionais e processos de desenvolvimento profissional**. 2007. 294 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2007.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no Ensino Superior**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

QUADROS, A. L. et al. Professor de ensino superior: o entendimento a partir de narrativas de pós-graduandos em química. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, abr./jun., 2012, p. 389-402. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/a08v38n2.pdf>>. Acesso em 28 abr. 2020.

QUADROS, A. L. **Aulas no Ensino Superior: uma visão sobre professores de disciplinas científicas na Licenciatura em Química da UFMG**. Tese (Doutorado em Educação, Conhecimento e Inclusão Social). 2010. 293 f. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2010.

SANTOS, M. H. A. **Formação continuada de professores da UFPA: um programa institucional em debate**. Dissertação (Mestrado em Educação). 2012. 170 f. Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 2012.

SANTOS, N. S. **O Papel da Assessoria Pedagógica no desenvolvimento profissional de professores da Educação Superior: a realidade de uma faculdade privada da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Educação), 2015. 241 f. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana, 2015.

SLOMSKI, V. G. Saberes e competências do professor universitário: contribuições para o estudo da prática pedagógica do professor de ciências contábeis do Brasil. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 87-103 set./dez. 2007.



[ARTIGO]

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34699/37437>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

SOARES, S. R. et al. Desenvolvimento profissional docente em cursos de Medicina: estratégias institucionais de duas universidades públicas na Bahia. In. CUNHA, M. I. (orgs). **Estratégias Institucionais para o Desenvolvimento Profissional Docente e as Assessorias Pedagógicas Universitárias**: memórias, experiências, desafios e possibilidades. São Paulo: Junqueira&Marin, 2014.

TORRES, Alda Roberta. **A Pedagogia Universitária e suas relações com as políticas institucionais para a formação de professores da Educação Superior**. 2014. 294 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo – USP, 2014.

UNIOESTE. **Resolução nº 017/1999 – COU**. Aprova o novo Estatuto da Unioeste. Cascavel, 1999. Disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/arquivos/scs/docs/017_estatuto.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2020.

_____. **Resolução nº 32/1996 – COU**. Aprova alteração da Estrutura Regimental da UNIOESTE. Cascavel, 1996. Disponível em: <<https://www5.unioeste.br/portalunioeste/arq/files/auditoriaInterna/docs/2015/03296-COU.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

_____. **Resolução nº 028/2003 – COU**. Aprova o Regimento Geral da Unioeste. Cascavel, 2003. Disponível em: <<https://www5.unioeste.br/portalunioeste/arquivos/vestibular/publicacoes/006.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

_____. **Resolução nº 270/2007 – CEPE**. Aprova o Projeto Político-Pedagógico Institucional – PPPI da Unioeste. Cascavel, 2007. Disponível em: <https://www5.unioeste.br/portalunioeste/arquivos/proplan/editais/2016/PPPI_Res_n_270_2007_CEPE.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2020.

_____. **Resolução nº 114/2007 – COU**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da Unioeste – PDI. Cascavel, 2007. Disponível em: <https://www5.unioeste.br/portalunioeste/arquivos/proplan/editais/2016/PDI_Res_n_114_2007_COU.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2020.

_____. **Resolução nº 116/2012 – COU**, de 6 de dezembro de 2012. Aprova a criação da Assessoria Especial de Direção dos *campus* da Unioeste. Cascavel, 2012.

[ARTIGO]

ZABALZA, M.; VITÓRIA, M. I. C. Una cuestión previa: ¿centralidade o marginalidad en la universidad? In: ZABALZA, M. MENTGES, M, VITORIA, M. I. C. **Engagement na educação superior: conceitos, significados e contribuições para a universidade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

Z Aidan, S. et al. Pós-graduação, saberes e formação docente: uma análise das repercussões dos cursos de mestrado e doutorado na prática pedagógica de egressos do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFMG (1977-2006). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 129-160, abr. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/edur/v27n1/v27n1a07.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2020.